

ATA Nº 01/2010 DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA – TRT 4ª REGIÃO

Aos oito dias do mês de abril de 2010, às quinze horas, teve início a reunião da Comissão de Informática do TRT da 4ª Região, na sala 1003, 10º andar, do Edifício-Sede do TRT, sob a presidência do Exmo. Desembargador Ricardo Luiz Tavares Gehling, com a presença dos demais integrantes da Comissão, Exmos. Desembargadores Hugo Carlos Scheuermann e Cláudio Antônio Cassou Barbosa, e Exmos. Juízes Roberto Teixeira Siegmann (Diretor do Foro de Porto Alegre) e George Achutti (titular da 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre). Estavam presentes também os servidores Natacha Moraes de Oliveira (Assessora de Informática da Presidência), Cleonice Santos Condotta (Assessora de Informática da Corregedoria) Eduardo Kenzi Antonini (Diretor da Secretaria de Tecnologia de Informação), Alberto Daniel Muller (Diretor do Serviço de Planejamento e Projetos da STI), Andre Soares Farias (Diretor do Serviço de Desenvolvimento de Sistemas da STI), Therezinha Schaab (Diretora do Serviço de Atendimento a Usuários da STI), Paulo Mendes Ribeiro Junior (Diretor do Serviço de Infraestrutura Tecnológica da STI). De início, o Presidente da Comissão, Des. Ricardo Luiz Tavares Gehling, relatou a viagem realizada, em companhia do Exmo. Sr. Presidente do TRT e Assessora de Informática da Presidência, para assinatura do Protocolo de Intenções, com o CNJ, sobre o desenvolvimento do processo eletrônico, considerando o projeto desenvolvido pelo TFR da 5ª Região. Registrou a flexibilidade do sistema, com possibilidade de vinculação com diversas entidades ligadas ao Poder Judiciário para a troca de informações (OAB, Receita Federal, Ministério Público, etc.) e salientou a possibilidade de participação direta da 4ª Região no acompanhamento e validação do sistema para uso na Justiça do Trabalho. O Juiz Roberto Siegmann manifestou preocupação e reiterou a necessidade de participação nas definições e na homologação do sistema. O Des. Hugo Carlos Scheuermann relatou a deliberação dos Presidentes e Corregedores na reunião do COLEPRECOR, ocorrida em Aracaju, no sentido de moção de apoio ao Presidente do CSJT para a realização do referido Protocolo de Intenções. A seguir, o Des. Cláudio Antônio Cassou Barbosa, fez breve relato sobre a reunião do Grupo Gestor de Tabelas Unificadas, o qual preside, tendo sido fornecidas informações sobre o atual estágio da implantação da tabela de movimentos (última a ser implantada). Houve deliberação no sentido da necessidade de mensagem da Comissão acerca da implantação da tabela de movimentos, em especial aos gabinetes dos Desembargadores que passarão a inserir andamentos no sistema – o que até então era facultativo. Quanto ao primeiro grau, houve debate sobre a possibilidade de realização de reunião com Diretores, além da comunicação acerca do início da implantação. O Des. Cassou se propôs a realizar contato com a Escola Judicial para utilização do auditório, a fim de propiciar a transmissão do evento via videoconferência ao interior do Estado, evitando assim o deslocamento dos servidores. A seguir, considerando a possibilidade de implantação do processo eletrônico, o Diretor de Infraestrutura Tecnológica da STI, Paulo Mendes Ribeiro Junior, fez um breve relato sobre as condições atuais da infraestrutura (capacidade de armazenamento, segurança, capacidade de banda, etc.), as ações previstas para este ano, tais como a instalação da sala-cofre (já contratada), contratação de rede própria, além da nacional, visando atender as metas do CNJ para o próximo ano, com ganho de capacidade e redundância. Deliberação: necessidade de gestões orçamentárias para priorização deste projeto, considerando a necessidade de banda para o processo eletrônico. Noticiada a dificuldade de funcionamento dos quiosques no interior do Estado (em função da velocidade da rede), foi solicitado estudo técnico e de impacto financeiro para melhoria da situação. Em continuidade, a servidora Therezinha Schabb, Diretora do Serviço de Atendimento ao Usuário do STI, relatou as alterações realizadas na

estrutura com a unificação do Serviço de Atendimento, principais dificuldades (necessidade de aquisição de novo sistema para registro e acompanhamento dos chamados, impossibilidade de unificação dos ambientes de trabalho) e melhorias implantadas (divulgação de um único ramal, controle de qualidade – pesquisa de satisfação – ligação para todos os juízes e para 10% dos servidores atendidos, a fim de implantar melhorias no atendimento). Dados atendimento de março/2010: 1960 chamados. Apresentou, ainda, a situação da distribuição dos notebooks (70 equipamentos entregues) e esclareceu os critérios e forma de agendamento da entrega aos juízes. Deliberado: necessidade de noticiar dados sobre a distribuição dos notebooks. Informou a existência de pedido da Presidência no sentido de estabelecer plantão de atendimento fora do expediente. Os integrantes da Comissão concordaram com a medida, mas debateram a possibilidade de implantação em caráter experimental para avaliação da demanda, devendo os detalhes de horário e forma de implantação definidos pela Presidência. Questionada sobre a possibilidade de capacitação dos magistrados na área de informática junto à Escola Judicial, foi informado pela servidora que a proposta de projeto neste sentido aguarda aprovação. Dando seguimento, foi entregue o material relativo às proposições de projetos na área de tecnologia da informação para o próximo biênio. No particular, foi deliberada a necessidade de priorização do Projeto relativo à edição de acórdãos e melhorias do e-Jus e do Projeto relativo aos Precatórios (este viabilizado mediante contratação externa). O debate sobre a oportunidade e priorização das demais propostas foi adiado para a próxima reunião, tendo em vista o adiantado da hora. Por fim, quanto ao requerimento recebido de alguns juízes no sentido da instalação do software power point nos notebooks, foi determinada a verificação do número e local estão instaladas as licenças de propriedade do TRT para que se possa deliberar a respeito. Quanto ao pedido de realização de perícias na área de tecnologia da informação por parte dos servidores da Secretaria de Informática, originado da Juíza Inajá, foi indeferido, considerando que os técnicos do TRT não tem capacitação específica para tanto. O Diretor do Foro informou que recebeu alguns pedidos de cadastramento de técnicos nessa área, que poderiam ser repassados à solicitante. Quanto à solicitação da Escola Judicial de indicação de um magistrado pela Comissão de Informática para participar de um curso de formação em educação à distância promovido pela ENAMAT, foi indicado o Des. Hugo Carlos Scheuermann que aceitou a indicação. Por fim, para deliberação acerca da expansão do projeto piloto de transmissão de sessões, foi sugerido contato com os Presidentes de Turma para que manifestem o interesse do órgão julgador na referida transmissão e que sejam apresentados dados na próxima reunião sobre os acessos às sessões on line. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Porto Alegre, 08 de abril de 2010.-.-.-.-.-